

ICMS - EDUCAÇÃO

Um guia para as
gestões municipais

A EDUCAÇÃO AVANÇA, O MUNICÍPIO GANHA!



1 O QUE É O ICMS-EDUCAÇÃO?

O ICMS-Educação é um mecanismo financeiro que visa incentivar os municípios a alcançarem bons resultados educacionais. A ideia é simples: quanto melhores forem os índices de Educação da cidade, mais dinheiro ela irá receber. Esse recurso adicional pode ser utilizado em diversas áreas, não sendo necessário investir apenas na área da Educação. Ou seja, **priorizar a Educação, assegurando os direitos de aprendizagem dos estudantes, é uma forma eficaz de aumentar a arrecadação municipal.** Mas fique atento(a): municípios com resultados educacionais ruins também deixam de receber recursos.

Distribuição da cota-parte municipal do ICMS



Entre 10 e 35% do ICMS dos municípios é distribuído de acordo com os resultados educacionais

DETALHANDO: Do total do ICMS arrecadado pelos estados, 75% do valor fica para o governo estadual, enquanto 25% é distribuído entre os municípios. Esses 25% são chamados de **Cota-Parte Municipal do ICMS**. Uma parte desse repasse (no mínimo 10% e no máximo 35%, de acordo com o que dispuser a lei estadual) deve considerar os resultados educacionais do município.

ORIGEM DO ICMS-EDUCAÇÃO

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um imposto que incide sobre a circulação de mercadorias, prestação de serviços de transporte e comunicação. Em 2020, a Emenda Constitucional nº 108 determinou que os estados alterassem, em até dois anos, suas leis para garantir que uma parcela do ICMS fosse distribuída aos municípios com base em critérios de desempenho educacional.

A principal inspiração para essa medida foi a experiência cearense, estado pioneiro na implementação desse mecanismo em 2007 e que, desde então, tem observado uma ampla melhoria em seus indicadores educacionais, fruto de um trabalho articulado entre o governo estadual e os municípios na Educação, além de um poderoso incentivo financeiro, como o ICMS-Educação.

**Investir em
Educação de
qualidade é bom
para os alunos,
para as famílias,
para a sociedade
e para os cofres
municipais.**



2 COMO É POSSÍVEL ARRECADAR MAIS COM O ICMS-EDUCAÇÃO?

Um município que garante educação de qualidade para seus estudantes deve garantir três elementos que concretizam o direito à Educação:

- 1.** Que todas as crianças e jovens em idade escolar estejam na escola;
- 2.** Que todos os alunos que estão na escola tenham uma trajetória regular, em uma jornada sem abandono, evasão e reprovação;
- 3.** Que todos os alunos, independentemente das condições de renda da sua família, do seu local de moradia e da sua cor, tenham aprendizagem adequada.

Nesse sentido, a grande maioria das legislações estaduais do ICMS-Educação busca incentivar os municípios a trabalharem, na Educação, para atingir esses elementos. Os principais indicadores que são considerados estão ligados aos elementos 2 e 3:

INDICADORES DE QUALIDADE MAIS COMUNS

1. Desempenho e taxa de participação dos estudantes em avaliações estaduais e/ou nacionais de aprendizagem:

Avaliações que medem o quanto os estudantes estão aprendendo, geralmente realizadas no 2º ano (ano em que se finaliza o processo de alfabetização), 5º ano (último ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e 9º ano (último ano do Ensino Fundamental). Quanto maior a proficiência dos alunos e o número de alunos que fazem as avaliações, melhores são os resultados¹.

2. Indicadores de trajetória (Taxa de Rendimento e Distorção Idade-Série):

A Taxa de rendimento mostra o percentual de alunos que são aprovados em cada ciclo (quanto maior, melhor). Já a distorção idade-série aponta o percentual de alunos com 2 ou mais anos de atraso na trajetória escolar (quanto menor, melhor).

¹ Não são consideradas as etapas da Educação Infantil, pois não há avaliações externas de aprendizagem nessa etapa, e tampouco no Ensino Médio, por ser uma etapa cuja oferta é de atribuição das redes estaduais.

ALÉM DOS INDICADORES DE QUALIDADE, EM ALGUMAS REDES, OS RESULTADOS FINAIS SÃO PONDERADOS POR ALGUNS FATORES:

1. Indicadores socioeconômicos: Os resultados de aprendizagem são ajustados de acordo com o nível socioeconômico dos estudantes. Objetivo é valorizar os municípios que conseguem avançar mais, mesmo em condições mais desafiadoras.

2. Quantidade de matrículas: Algumas legislações consideram a quantidade de matrículas do município no momento da distribuição do ICMS-Educação.

Em geral, os indicadores construídos para a distribuição do ICMS-Educação tendem a considerar os resultados do ano vigente e, também, a evolução de cada município nos últimos anos. Assim, mesmo um município que atinge resultados abaixo da média local, mas consegue avançar em relação aos anos anteriores, tem seu esforço reconhecido.

EXEMPLOS DE CRITÉRIOS ADOTADOS POR ALGUNS ESTADOS



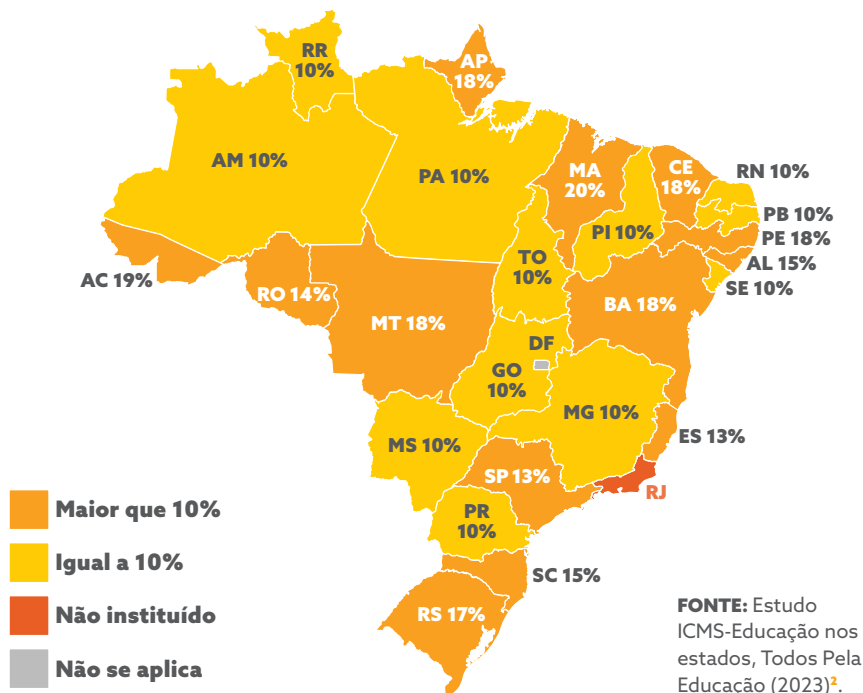
>> AMAPÁ, SÃO PAULO E PARANÁ:

Avaliam, principalmente, as taxas de alfabetização e a aprendizagem dos estudantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2º e 5º anos), já que a maioria das matrículas dos Anos Finais está sob gestão estadual.

>>> PERNAMBUCO, MARANHÃO E ESPÍRITO SANTO:

Consideram tanto os Anos Iniciais quanto os Finais do Ensino Fundamental. Algumas legislações conferem maior peso aos resultados de alfabetização, a exemplo do Maranhão.

Percentual da cota-parte municipal do ICMS atrelada a resultados educacionais em cada UF brasileira



PRIORIZAR A EDUCAÇÃO VALE MUITO!

Quanto melhores forem os indicadores educacionais do seu município, mais dinheiro será arrecadado via ICMS-Educação. Verifique as regras específicas e a fórmula de cálculo do seu estado para entender detalhadamente quais critérios são utilizados.

². Atualmente, 25 dos 26 estados já têm suas leis em funcionamento, com exceção do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que a cota-parte apresentada no gráfico corresponde à distribuição final prevista pela lei. Como alguns estados ainda estão em período de transição, ajustando os valores gradualmente ao longo do tempo, os montantes atuais podem ser diferentes dos apresentados no gráfico.

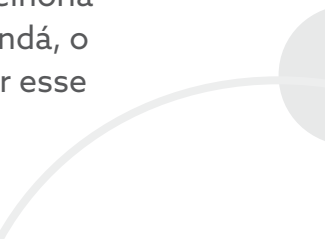


3 QUANTO SE GANHA COM O ICMS-EDUCAÇÃO?

O ICMS-Educação faz a diferença! Não só nos resultados educacionais, como também no orçamento dos municípios. É possível obter mais recursos para investir, seja em infraestrutura, segurança pública, saúde, ou qualquer outra área de acordo com as prioridades e necessidades da gestão. Veja este exemplo:

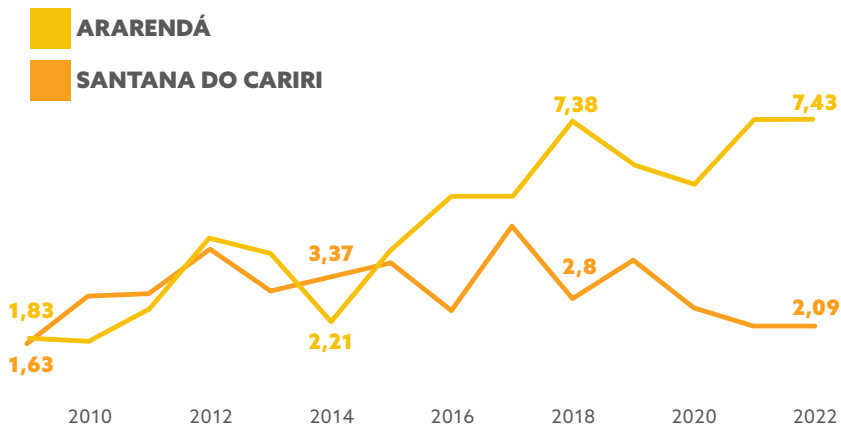
OS CASOS DE SANTANA DO CARIRI E ARARENDÁ (CE)

O Ceará implementou a lei do ICMS-Educação há mais de 15 anos, e serve como exemplo da magnitude do impacto na arrecadação dos municípios que priorizam a Educação. Comparando duas cidades com populações similares, Santana do Cariri e Ararendá, tem-se um panorama mais claro. Em 2009, ambas recebiam repasses similares da cota-parte do ICMS. No entanto, com a melhoria expressiva dos índices educacionais de Ararendá, o montante recebido da cota-parte do ICMS por esse município atualmente é muito superior.



REPASSE DO ICMS-EDUCAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS DE ARARENDÁ E SANTANA DO CARIRI (CEARÁ)

>> Valores em milhões de reais



FONTE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz-CE).

Entre 2007 e 2021, o Ideb³ Anos Iniciais de Ararendá saltou de 3,4 para 9,5. Santana do Cariri passou de 3,6 para 4,8 no mesmo período. Com essa melhora expressiva nos resultados educacionais, Ararendá passou a receber valores significativamente maiores. Em 2022, chegou a R\$ 7,43 milhões, enquanto Santana do Cariri alcançou R\$ 2,09 milhões.

3. O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador que avalia a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras, combinando taxas de aprovação e médias de desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas.

PERCENTUAL DE ICMS-EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO ICMS TOTAL DOS MUNICÍPIOS

>> Valores de 2022

ARARENDÁ

63%

SANTANA DO CARIRI

34%

FONTE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz-CE).

Ao comparar o percentual de ICMS-Educação em relação ao ICMS total desses municípios, como mostra o gráfico, observa-se uma diferença significativa nos resultados de 2022. Do total de recursos do ICMS de Ararendá naquele ano, 63% vieram do ICMS-Educação, enquanto em Santana do Cariri essa proporção foi de 34%.

SAIBA MAIS

3 MATERIAIS PARA QUEM DESEJA SABER MAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E ICMS-EDUCAÇÃO:

1. Análise: ICMS-Educação nos estados

Um estudo detalhado sobre as novas leis estaduais de ICMS-Educação. Para quem quer entender melhor como funciona a lei e as regras de cálculo em cada um dos estados brasileiros.



Acesse através do QR-Code ou neste link

2. Guia: Prioridades para uma prefeitura que valoriza Educação

Apresenta três objetivos centrais para futuras gestões e dez sugestões de prioridades que um candidato comprometido com a melhoria dos resultados educacionais locais da educação deve considerar em seu programa de governo.



Acesse através do QR-Code ou neste link

3. Informação: Panoramas de dados dos municípios

O material traz um estudo detalhado dos principais resultados educacionais de cada um dos 5.568 municípios brasileiros. Conhecer em profundidade a situação dos resultados educacionais do município é o primeiro passo para uma trajetória de avanços robustos na educação.



Acesse através do QR-Code ou neste link



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

< EDUCAÇÃO JÁ >
MUNICÍPIOS